

ARGUMENTAÇÃO E INTENCIONALIDADE NA LINGUAGEM DO AMAZÔNIDA PARAENSE

1 Introdução

O presente trabalho insere-se em uma linha de pesquisa realizada no Porto do Ver-o-peso, em Belém do Pará e objetiva estudar a fala dos canoieiros que lá aportam. Os informantes, dessa pesquisa, são os canoieiros provindos dos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Cametá, Igarapé-Mirim e Moju.

Trabalhando o material já coletado, é um estudo que será realizado seguindo a Teoria da Argumentação, uma vez que partimos do princípio de que todo discurso é argumentativo por excelência e dotado sempre de uma intencionalidade.

A preocupação de nos atermos na **argumentatividade** e na **intencionalidade** é porque, na verdade, queiramos ou não, a vida cotidiana é partilhada com os semelhantes e a indagação a ser feita é como experimentamos esse compartilhar com esses outros na vida diária, já que é possível estabelecer diferenças entre as várias maneiras dessas experiências, através das várias produções discursivas.

A mais importante experiência com os outros ocorre, contudo, na situação de estar **face a face**, que é um dos casos prototípicos da **interação verbal**. Em nosso estudo, cujo *corpus* são *entrevistas*, foi dada grande importância à interação **face a face** entre o **documentador** e o **informante**, devido ao envolvimento social que se estabeleceu entre eles, em decorrência desse tipo de interação.

O *corpus* que sustentará a análise compor-se-á de dados tirados de duas entrevistas: a de número 04 e a de número de 05. Os informantes são dois canoieiros, um de 50 anos e outro de 82 anos de idade. O primeiro é alfabetizado e reside no município de Igarapé-Mirim; o segundo analfabeto e reside no município de Moju, ambos com pouco contato com a cidade grande - no caso Belém.

2 O Campo do Discurso

O conceito de discurso tem sido discutido por diferentes caminhos. Benveniste, considerado um dos pioneiros dos estudos sobre o discurso, acha que

é no discurso que a língua, sistema social, é assumida por uma instância individual, ao afirmar que “*o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por índices específicos*”. Segundo Brandão (1989), Benveniste dá relevo ao papel do sujeito falante no processo de enunciação e procura mostrar como acontece a inscrição desse sujeito nos enunciados que emite.

Ao falar da posição que o locutor ocupa no momento em que se apropria do aparelho formal da língua, ele levanta a questão da relação que se estabelece entre o *locutor*, seu *enunciado* e o *mundo* - relação que estará no centro das reflexões da Análise do Discurso, em que o enfoque da posição sócio-histórica dos enunciadoreis ocupa lugar primordial.

Para Benveniste é nessa relação entre sujeitos falantes que se caracteriza a intersubjetividade da linguagem, incorporando aos estudos lingüísticos os dados decorrentes da produção dos enunciados. Para o autor, a noção de discurso está nas relações que se estabelecem entre os indicadores de *pessoa*, *tempo*, *espaço enunciado* e a *instância de sua enunciação*. O discurso constitui, então, uma unidade pragamática, isto é, uma atividade capaz de produzir efeitos, reações, ou, como afirma Benveniste (1974) “*a língua é assumida como exercício pelo indivíduo*”. Ao produzir um discurso, o locutor se apropria da língua, não só com o objetivo de atuar, de interagir socialmente, instituindo-se como **eu** e constituindo-se, ao mesmo tempo, como interlocutor, o outro, que é por sua vez constitutivo do próprio **eu**, por meio do jogo de representações e de imagens recíprocas que entre eles se estabelecem no momento da interrelação social.

Dessa forma, o conceito de discurso para Benveniste parece restringir-se àquelas manifestações verbais pelas quais efetivamente se realizam as relações de pessoa e, portanto, se dão de modo explícito as relações de intersubjetividade pelo jogo estabelecido entre o **eu** e o **tu**.

Em seus estudos, Benveniste (1976) estabelece uma oposição entre uma *lingüística como estudo das formas* e uma *lingüística da enunciação*

e insere como objeto da lingüística o estudo das marcas pelas quais o falante, apropriando-se da língua, transforma-a em discurso. Seguindo as concepções benvenistiniana, para Possenti (1988), o que transforma a língua em discurso é a enunciação.

Ainda, nessa mesma linha de pensamento, de acordo com Benveniste (1989), o discurso é produzido cada vez que se fala. Por isso, a enunciação se caracteriza por colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. A enunciação é o próprio ato de produção de um enunciado, e não o texto do enunciado. E este é o ato de o locutor mobilizar a língua individual e livremente. Disso decorre que a relação do locutor com a língua determina as marcas lingüísticas da enunciação.

Assim, então, a enunciação é caracterizada pela relação discursiva com o outro (real, imaginário, individual ou coletivo) e faz com que o falante utilize determinados elementos sintáticos e semânticos no momento em que fala. Daí, o locutor, ao considerar a situação em que fala, e tendo em vista os efeitos de sentido que quer produzir, escolhe entre os recursos lingüísticos à sua disposição aqueles que lhes parecem mais adequados.

Observamos, então, que a teoria da enunciação tem como objetivo colocar em funcionamento a língua e evidencia elementos lingüísticos, que aqui chamamos de *marcas lingüísticas* e *extralingüísticas*. Para esta distinção, apoiamo-nos em Orlandi (1983) que diz:

Segundo o que penso, a propriedade tem mais a ver com a totalidade do discurso e a sua relação com a exterioridade, enquanto a marca diz respeito à organização do discurso.

Essa colocação, como se observa, trata da relação da totalidade do discurso e a relação que ele apresenta com a exterioridade, fato este, fundamental no domínio da teoria do discurso, já que serão categorias importantes na condução deste trabalho.

3 Argumentatividade/ Intencionalidade

No campo dos estudos lingüísticos, os estudiosos vêm dando especial relevo à função social da linguagem. Segundo Koch (1984 e 1992), esta atenção prende-se ao fato de que o homem usa a língua porque vive em comunidades, nas quais tem necessidade de se comunicar com os demais membros, de estabelecer com eles relações dos tipos mais variados, de obter deles relações e/ou comportamentos, de atuar sobre eles das mais diversas formas, enfim, de interagir socialmente por meio do seu discurso. Assim, a linguagem passa a ser encarada como forma de **ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade**, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade.

Essa intencionalidade se justifica porque, ao se utilizar a língua como instrumento de interação social, é necessário que se compreendam, analisem e interpretem os seus mecanismos interacionais, já

que ela se efetiva tanto na relação do homem com a natureza quanto na relação do homem com seus semelhantes através de símbolos: logo, essa relação se estrutura simbolicamente.

É dessa estrutura simbólica que o relacionamento entre o homem e a linguagem, como representação do mundo se realiza, o que torna um ato de linguagem não apenas um ato de *dizer* e de *querer dizer*, mas, principalmente, um ato social pelo qual os membros de uma comunidade interagem por meio de seu discurso.

Ora, como vimos, o relacionamento do sujeito consigo mesmo e com a natureza é mediatizado por símbolos, no entanto, a comunicação social através da língua não objetiva apenas **informar**, mas **persuadir** o ouvinte. Por isso o uso da linguagem, caracterizada pela argumentatividade, visa a levar o ouvinte a aceitar determinadas opiniões. Como a linguagem é sempre comunicação e toda comunicação opera com estratégias **persuasivas**, ela se torna **argumentativa** no ato da produção de sentido.

Partindo dessas considerações, Guimarães (1987) afirma que a questão da **argumentação** é vista como busca da **persuasão** de um **ouvinte** pelo **locutor**. A relação ouvinte/locutor é constitutiva da enunciação, na medida em que o locutor utiliza procedimentos argumentativos para persuadir o ouvinte. Reforça ainda Guimarães que *“a representação do ouvinte constitui o próprio modo de argumentar”*. Por isso, a argumentação é um ato lingüístico, decorrente de uma ideologia subjacente.

Para Ducrot (1987), entretanto, a argumentação constitui o ato lingüístico fundamental. Tem primazia inclusive sobre as informações, uma vez que, segundo ele, a maioria dos enunciados possui traços que determinam seu valor pragmático independente de seu conteúdo informativo. A argumentatividade dos enunciados está inscrita na própria língua. Toda língua, para Ducrot, possui em sua gramática mecanismos que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados. O autor chama a esses elementos de *operadores argumentativos*, por sua função de indicar a força da argumentação dos enunciados e a direção para o que apontam.

Interessa-nos sobremaneira para nossos propósitos também a posição do filósofo e jurista Perelman (1970), que vê a argumentação como utilização de técnicas discursivas capazes de provocar a adesão dos ouvintes, caracterizando-se, portanto, como um ato de persuadir. A persuasão que apresenta um caráter ideológico, subjetivo e temporal, tem como alvo o **sentimento** e a **vontade** do ouvinte, através de argumentos verossímeis que conduzem esse ouvinte a aderir aos argumentos apresentados.

De acordo com Vogt (1980), todo enunciado diz algo, porém, o diz de uma certa maneira, pois, ao dizer, o enunciado representa um estado de coisas do mundo, porque apresenta uma significação e mostra como o enunciado representa a si mesmo. Dado isso, todo enunciado é **sui-referencial** e a lin-

guagem é representação de uma já representação. Para Vogt, o caráter de representatividade da linguagem é usado numa acepção teatral, para designar os diferentes papéis distribuídos nas cenas dramáticas que são os atos de fala e cujo desempenho cabe aos interlocutores, através de uma mascaramento recíproco que é parte constitutiva essencial do jogo argumentativo da linguagem.

Ainda em relação ao estudo do enunciado, de acordo com Koch (1984), o enunciado pode ter uma multiplicidade de significação, visto que as intenções do falante, ao produzir um enunciado, podem ser as mais variadas, não teria sentido a pretensão de atribuir-lhe uma interpretação única e verdadeira. Por isso, ser o conceito de **intenção** fundamental para uma concepção de linguagem como atividade convencional, já que toda atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas **intenções**, ao comunicar-se.

Compreender uma **enunciação** é, na verdade, apreender **intenções**. A noção de intenção além do caráter puramente lingüístico, determinado pelo sentido do enunciado, tem um cunho psicológico - a **persuasão**. A intenção se deixa representar no enunciado, por meio da relação que se estabelece entre os interlocutores no momento da relação interpessoal.

Beaugrande & Dressler (1981) afirmam que, *“para que uma manifestação lingüística constitua um texto, é necessário que haja intenção do emissor de apresentá-la e dos receptores de aceitá-la como tal”*. As noções de **intencionalidade** são, sem dúvida, introduzidas para dar conta, respectivamente, das intenções dos emissores e das atitudes dos receptores.

A **intencionalidade** pode ser vista em um **sentido restrito** e em um **sentido amplo**. Em sentido restrito, a intencionalidade trata *da intenção do emissor de produzir uma manifestação lingüística que seja coesiva e coerente*; em sentido amplo, a intencionalidade *abrange todas as maneiras como os emissores usam textos para realizar suas intenções comunicativas*.

A intencionalidade, como nos diz Koch (1984), sobretudo em sentido restrito, são as duas faces constitutivas do princípio de **cooperação** e, nesse sentido, definidoras da **coerência** e de um princípio de **interpretação** segundo o qual se julga que o texto tem um sentido.

Partilhando dessas idéias, juntamo-nos a autora, porque vemos que a **interação** social por meio da língua caracteriza-se fundamentalmente, pela **argumentatividade**. E essa argumentatividade se dá porque, sendo o homem dotado de **razão** e **vontade** é por meio de seu discurso - *ação verbal dotada de intencionalidade* - que ele tenta influenciar o outro e fazê-lo compartilhar de suas opiniões.

Finalmente, podemos dizer que a **argumentatividade** constitui uma atividade estruturadora de qualquer discurso, uma vez que a progressão deste se dá por meio das articulações argumentativas, de

modo que se deve considerar a orientação argumentativa dos enunciados que compõem um texto como fator básico de coesão e de coerência textuais. Por outro lado, por meio do discurso - **ação verbal dotada de intencionalidade**- tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe de suas opiniões. É por isso que se afirma que em todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo.

4 Condições de Produção do Discurso Argumentativo

Dada a importância dos estudos sobre a **argumentação** e a **intencionalidade**, por vários pesquisadores, e dada a sua relevância na interação humana é que, neste trabalho, dentre os demais modos discursivos, ressaltaremos a presença da **argumentação** e da **intencionalidade** enquanto modos de organização do discurso na fala dos canoeiros. Para tanto, consideramos como discurso argumentativo, aquele em que o informante **fundamenta** ou **defende** seus pontos de vista, suas opiniões, seja quanto a assuntos particulares, seja quanto a assuntos gerais. Esse tipo de discurso é, freqüentemente, introduzido, na fala dos canoeiros, pelas formas **eu acho**, **eu considero** que chamamos de marcadores amenizadores¹, formados pelo dêitico pessoal **eu** e pelos verbos de opinião **achar** e **considerar**.

1. Doc: *O senhor acredita que nos dias atuais está difícil educar os filhos?*

Inf: *Num tá muintu dificiu nãu.*

Doc: *Por que o senhor acha que não está difícil?*

Inf: *Dependi da mentalidade da genti. Antigamenti era mais difiçu, eu achu huji mais podi saí até mais caru um pucu, mais é mais faciú pa cunsegui.* (Ent.04 p.04)

Nesse diálogo, o informante ao ser indagado pelo documentador “se acredita que atualmente está difícil educar os filhos”, ele responde: “não está muito difícil não”. Ao dar essa resposta usa o operador² **não** iniciando e finalizando o enunciado. Esse operador orienta-se a uma conclusão negativa, em relação à expectativa do documentador que esperava uma resposta positiva, mas o informante, ao contrário do esperado, afirma “não acreditar que a educação dos filhos esteja difícil”. O documentador, então, faz uma outra pergunta usando o operador **por que** e, em vez do verbo **acreditar** usa o verbo **achar**. Após isso, o informante começa o seu enunciado com o verbo **depender** de forma modalizada e até mesmo **atenuada**, pois científica o documentador de que achar difícil a educação é uma questão de como esse difícil é percebido, isto é, “depende da mentalidade de cada pessoa”.

No enunciado seguinte, o informante diz que “antigamente era mais difícil” e continuando seu argumento usa o marcador amenizador **eu acho** para esclarecer que “hoje pode sair até mais caro um

pouco, mas é melhor para conseguir”. Nesse argumento, percebe-se que o informante usa o operador **até** assinalando o argumento mais forte que é “mesmo saindo até mais caro um pouco, é mais fácil para se conseguir ‘estudar’”.

O informante, ainda argumentando, usa também o operador **um pouco**, um amenizador que se orienta para a afirmação total “apesar de mais caro”, e operador **mas** que se contrapõe aos argumentos que são orientados para a conclusão contrária ao esperado pelo documentador “é mais fácil e não difícil para conseguir ‘estudar’”.

Para o informante, a escala que é marcada pelas oposições *difícil/fácil* é uma questão, como o próprio informante diz no início, “de mentalidade”, isto é, uma questão de se estabelecer esses limites numa escala relativa, no caso, à educação de “ontem” e à de “hoje”.

2. Doc: *O Senhor acredita que nos dias atuais está mais fácil educar os filhos, por quê?*

Inf: (1) *Eu acredito qui isteji dividamente us filhu du governadu, (2) porque nessi anu qui eu naci, nessi tempu num ezistia facilidadi ajudada pelu governadu i huji u governadu puim iscola pur tudu essis lugá. (3) Tudú essis matu teim iscola, intãu istãu si interesanu pelus istudu das pessua (4) porque eli num qué mais ninguém anafabetu nu mundu, (5) intãu, eu achu qui tá uma vantagi nu tempu qui eu naci i fui criadu.*

(Ent. 05 p. 18)

O documentador usa, em sua pergunta, o verbo **acreditar** e o adjetivo **fácil** para saber a opinião do informante sobre a educação dos filhos nos dias de hoje. O informante inicia seu argumento com o marcador³ **eu acredito**, em que o verbo **acreditar** além de um modalizador é também um verbo de **opinião** que exige um comprometimento, razão por que o informante o mantém em seu enunciado ao responder a pergunta do documentador.

O informante, ao manifestar sua intenção, no primeiro argumento “acredita estar mais fácil educar os filhos, devido aos filhos do governador”. Utilizando-se do operador **porque** que introduz o segundo argumento, explica ao documentador e coloca o seu argumento como algo conhecido incontestável: “porque quando ele nasceu não havia essa facilidade, isto é, a ajuda do governador”.

Ao invés de afirmar abruptamente (categoricamente) o fato de estar fácil a educação dos filhos, ele prefere a explicação, o que torna o próprio fato, desprovido de qualquer dúvida ao documentador.

O informante ao afirmar que “há escola em todo lugar”, inicia, seu terceiro argumento, com o operador **tudo** que numa escala de seu efeito de sentido, é uma afirmação plena, síntese geral, “há escola hoje em toda parte”. Com o operador **então**, introduz a confirmação de que os governantes, já “estão se interessando bem mais pelo estudo das pessoas”.

No quarto argumento, usa mais uma vez o operador **porque** explicando algo que, para o informan-

te, é incontestável: “o governador não quer mais ninguém analfabeto no mundo”.

No quinto argumento, usa novamente o operador **então** como conclusão e o marcador amenizador **eu acho** modalizando e amenizando a intenção do que enunciou, isto é, as vantagens de hoje em relação ao “tempo em que nasceu e foi criado”.

Para melhor entendimento dos argumentos, o informante usa verbos no **presente**, no **imperfectivo** e no **perfectivo**, de modo que, junto com os *operadores* e os *marcadores discursivos*, tenham um melhor efeito de sentido nos enunciados argumentativos do informante, em relação à pergunta do documentador.

Em decorrência do modo como o informante organiza seu discurso, é possível verificarmos a seguinte **proposição**, dividindo-as em dois momentos:

1º Momento:

Se não havia facilidades antes e hoje o governo promove facilidades (escola em todo lugar);

Implícito:

Se o governo só age por interesse e se o interesse maior é que os filhos do governador estudem;

Conclusão:

Então, isso (a criação de escolas) deve ser devido aos filhos do governador.

2º Momento:

Se em todos esses matos há escolas e se todos se interessam pelos estudos das pessoas, não desejando analfabetos no mundo;

Implícito:

Se no meu tempo não havia isso (preocupação com a educação);

Conclusão:

Então, eu acho que há uma vantagem sobre o tempo em que eu nasci e fui criado.

5 Conclusão

Embora tenhamos verificado nas entrevistas que foram colhidas, a presença de outros gêneros discursivos, percebemos que o discurso narrativo ainda é o **predominante**. **Acreditamos que tal ocorrência resulta** da entrevista estar, de certa forma, voltada para assuntos em que esse gênero discursivo é mais propício às respostas dadas pelos entrevistados e, pela sua própria natureza, levam os informantes a relatarem fatos principalmente os de experiências pessoais.

Um outro aspecto merecedor de atenção é a presença dos *marcadores* e dos *operadores*. Estes elementos devem ser identificados não pela classe gramatical, mas pela função que desempenham na interação verbal entre os enunciatários e, conseqüentemente, como estruturadores dos modos discursivos, em especial, neste trabalho, o discurso argumentativo.

No *corpus* estudado, verificamos que os **informantes** no decorrer de suas respostas ao

documentador, usam constantemente os marcadores **eu acho, eu acredito**, isto é, ao manifestarem sua intenção, em um primeiro momento, eles demonstram *incerteza* naquilo que enunciam; em um segundo momento, já manifestam *certeza*. Esta dualidade entre *certeza/incerteza* é uma forma encontrada pelos informantes para manifestarem suas intencionalidades que marcadas pela argumentatividade mostram que, mesmo sendo interioranos são capazes de se aperceberem dos problemas sociais - no caso aqui específico o educacional.

Outro fato a ser destacado é que os informantes conseguem, no decorrer de suas interlocuções, argumentar e construir seus textos com coesão e coerência e, assim, manifestarem, mediante os argumentos apresentados, a intenção de que estão interagindo com o seu interlocutor - no caso o documentador.

Notas

1. Amenizadores: marcadores e operadores que evitam uma postura autoritária do locutor.
2. Operadores: elementos gramaticais de uma língua que indicam/mostram a força argumentativa do enunciado.
3. Marcadores: elementos discursivos freqüentes nos textos falados que fornecem pistas aos interlocutores no momento da inter-relação social.

6 Bibliografia

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 1991.

_____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, São Paulo, Pontes, 1989.

BEAUGRAND, R. & DRESSLER, M. U. *Introduction to Text Linguistic*. London, Longman, 1981.

BRANDÃO, Helena Naganime. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 1991.

DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Lingüística*. Trad. Bras., São Paulo, Cultrix, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, São Paulo, Pontes, 1987.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo, Cortez, 1984.

_____. *A Inter-ação pela linguagem*. São Paulo, Contexto, 1992.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e Coerência*. São Paulo, Cortez, 1989.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A Linguagem e seu Funcionamento*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

VOGT, Carlos & FILGUEIRA, Rosa. *Dois verbos achar em Português?* Dep. de Lingüística, IEL, UNICAMP, São Paulo, 1980, mimeografado.